

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**MARCELLA PEREIRA SCHEIN**

**A DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA GERADA NA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR  
ADICIONADO PELAS EMPRESAS DO SETOR TÊXTIL LISTADAS NA  
BM&FBOVESPA**

**FLORIANÓPOLIS**

**2017**

**MARCELLA PEREIRA SCHEIN**

**A DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA GERADA NA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR  
ADICIONADO PELAS EMPRESAS DO SETOR TÊXTIL LISTADAS NA  
BM&FBOVESPA**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Dr. Luiz Felipe Ferreira

Co-orientadora: Dra. Denize Demarche Minatti  
Ferreira

**FLORIANÓPOLIS**

**2017**

**MARCELLA PEREIRA SCHEIN**

**A DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA GERADA NA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR  
ADICIONADO PELAS EMPRESAS DO SETOR TÊXTIL LISTADAS NA  
BM&FBOVESPA**

Esta monografia foi apresentada no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota final \_\_\_\_\_ atribuída pela banca examinadora constituída pelo professor orientador e membros abaixo mencionados.

---

Professor Dr. Luiz Felipe Ferreira  
Orientador

Membros que compuseram a banca:

---

Professora Dra. Denize Demarche Minatti Ferreira

---

Professor Vanderlei dos Santos

**FLORIANÓPOLIS**

**2017**

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço à minha família, que sempre me incentivou, encorajou e deu suporte quando necessário.

À minha mãe, por ser um exemplo de dedicação aos estudos, mostrando que podemos alcançar qualquer objetivo que tivermos na vida, basta ter fé e esforço naquilo que acreditamos.

Ao meu pai, que me mostrou o valor do trabalho e me ensinou que devemos sempre fazer as coisas da melhor maneira possível, mesmo sabendo que não podemos agradar o mundo todo.

Ao meu irmão, que ao longo dos anos se tornou cada vez mais meu amigo e que apesar de pensar diferente de mim em diversas situações, me defende e apoia nos momentos em que preciso.

Ao meu avô Claudio, por sempre me mostrar que eu podia ir além do que eu achava que conseguiria.

À minha avó Ivoni, que sempre tem uma palavra amorosa para me acalantar quando necessário.

Aos amigos que fiz ao longo da vida, por compreenderem minha ausência em diversos momentos nesse último semestre e por sempre me incentivarem a continuar em frente.

Por fim, mas não menos importante, aos amigos que fiz no curso e na universidade, aos amigos que conheci nos primeiros dias de aula e que até hoje continuam em minha vida, aos que conheci no final do curso e que se tornaram essenciais nesses momentos finais da minha vida acadêmica. Cada um do seu jeito me ensinou o que é viver a universidade.

## RESUMO

SCHEIN, Marcella Pereira. **A distribuição da riqueza gerada na Demonstração do Valor Adicionado pelas empresas do setor têxtil listadas na BM&FBOVESPA.** 2017. 45p. Monografia (Curso de Graduação em Ciências Contábeis) - Departamento de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis - SC.

A sociedade é um sistema que está em constante evolução, nesse sentido, com o passar dos anos houve a necessidade da mesma se adaptar em decorrência de transformações econômicas, políticas, sociais e também ambientais. As empresas como parte integrante da sociedade, começaram a perceber a inevitabilidade de mudança em relação às suas obrigações perante os cidadãos. A partir da imposição de novos padrões de competitividade as informações divulgadas pelas empresas também precisam se adaptar, portanto a informação contábil tradicional, que possui foco nas questões patrimoniais, financeiras e econômicas torna-se insuficiente. Tendo em vista essa nova demanda por informações de cunho social surgem novos relatórios na Contabilidade, como por exemplo, a Demonstração do Valor Adicionado. Esse demonstrativo serve para informar a riqueza gerada pelas organizações, bem como a sua distribuição aos agentes que ajudaram a criar essa riqueza. Essa pesquisa tem o objetivo de analisar de que forma a riqueza gerada pelas empresas do setor têxtil listadas na BM&FBOVESPA durante os anos de 2010 a 2016 foi distribuída. Para isso foram selecionadas as empresas que possuem como atividade principal a indústria têxtil, a partir desse critério, obteve-se uma amostra de 8 empresas para a coleta de dados. Com esta pesquisa, verificou-se que o grupo que mais obteve destinação dentre as empresas analisadas foi o de “Pessoal”, seguido do grupo “Remuneração de Capitais de Terceiros” e “Impostos, Taxas e Contribuições”.

**Palavras-chave:** Demonstração do Valor Adicionado, indústria têxtil, distribuição da riqueza.

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 Setor de atuação das empresas da pesquisa .....	17
Quadro 2 Amostra da pesquisa.....	18
Quadro 3 Indicadores de distribuição da riqueza .....	19
Quadro 4 Modelo de DVA para empresas em geral.....	26
Quadro 5 Principais componentes da distribuição da riqueza .....	28

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 Média de distribuição percentual do valor adicionado de 2010 a 2016 .....	31
Tabela 2 Participação média dos empregados no valor adicionado .....	32
Tabela 3 Média da distribuição do valor adicionado de 2010 a 2016 (em milhares de reais) .	33

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Média da distribuição do valor adicionado entre 2010 e 2016 .....	32
Figura 2 Média do valor adicionado total entre 2010 e 2016 .....	33
Figura 3 Evolução dos grupos da DVA .....	34
Figura 4 Distribuição do valor adicionado (em milhares de reais) .....	35
Figura 5 Participação dos empregados no valor adicionado (PEVA) .....	36
Figura 6 Participação do governo no valor adicionado (PGVA) .....	37
Figura 7 Participação de terceiros no valor adicionado (PTVA) .....	38
Figura 8 Participação dos capitais próprios no valor adicionado (PCPVA) .....	39



## **LISTA DE ABREVIATURAS**

BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DFP – Demonstração Financeira Padronizada

DVA – Demonstração do Valor Adicionado

GRI – *Global Reporting Initiative*

NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

TBL – *Triple Bottom Line*

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA .....	11
1.2	OBJETIVOS .....	13
1.2.1	Objetivo Geral .....	13
1.2.2	Objetivos Específicos.....	13
1.3	JUSTIFICATIVA .....	14
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO .....	15
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>16</b>
2.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA .....	16
2.2	AMOSTRA E COLETA DE DADOS.....	17
2.3	PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS .....	18
2.3.1	MÉDIA DE DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA .....	18
2.3.2	INDICADORES DE DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA .....	18
<b>3</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>21</b>
3.1	RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	21
3.2	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO .....	23
3.3	ESTUDOS SIMILARES .....	29
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>31</b>
4.1	MÉDIA DE DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA .....	31
4.2	DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA POR EMPRESA.....	35
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>40</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>42</b>

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA

A crescente preocupação com as questões socioambientais e de sustentabilidade devido à globalização fizeram com que os termos “responsabilidade social” e “responsabilidade ambiental” ganhassem destaque. Dessa maneira diferentes áreas do conhecimento começaram a discutir e desenvolver pesquisas e métodos para a melhoria dessas questões, além das empresas perceberem a necessidade de adaptar-se a essa nova demanda de informações sociais e ambientais. Nesse sentido, observa-se que a sociedade está em busca de soluções para o caminho para o desenvolvimento sustentável.

Segundo Santos (2007, p. 22) “os movimentos sociais ocorridos na década de 60 em países da Europa [...] passaram a exigir e a cobrar mais responsabilidade das empresas que interagem com a sociedade”, a partir disso as discussões relativas às questões do desenvolvimento sustentável e da gestão socioambiental passaram a figurar de forma mais intensa nos debates no meio acadêmico, empresarial e, principalmente junto à sociedade civil. Corroborando com essa ideia, Tinoco e Kraemer (2011) afirmam que o impacto das questões ambientais começou a ser discutido a partir dos anos 70, primeiramente nos meios acadêmicos e nas Organizações Não Governamentais (ONGs) e, posteriormente, pela comunidade em geral, em consequência da preocupação e conscientização dos prejuízos causados à humanidade, com repercussões nocivas sobre a vida das pessoas.

Durante muito tempo o foco da Contabilidade foi a geração de informações patrimoniais, financeiras e econômicas, sem evidenciar as informações de natureza social e ambiental. Neste contexto, Santos (2007, p. 22) afirma que “a Contabilidade tradicional, ao longo de sua história, esteve voltada inicialmente para o proprietário, posteriormente para credores, governo e investidores”. No entanto, a partir do aumento da preocupação da sociedade em relação aos assuntos sociais e ambientais divulgados pelas empresas, bem como o seu relacionamento com o meio em que está inserida, fica evidenciado que as organizações não podem divulgar apenas informações de ordem patrimonial, financeira e econômica.

Segundo Tinoco (2010, p. 2), atualmente as entidades não podem “ser concebidas apenas como um aglomerado de recursos materiais e humanos, que produzem e/ou transformam bens, criam serviços e os disponibilizam ao mercado consumidor”. As organizações (empresas públicas ou privadas, associações, ONGs, etc.) não podem ignorar o meio em que estão

inseridas, portanto não podem deixar de se preocupar com o que estão gerando de positivo para a sociedade.

As organizações, independentemente do seu porte ou tipo, seja uma corporação global ou uma pequena empresa, uma ONG ou uma grande companhia, geram impactos que atingem bem além do ambiente em que estão inseridas ou os colaboradores e clientes mais próximos (GRI, 2012).

Para Tinoco e Kraemer (2011, p. 2)

o clamor pelo reconhecimento da responsabilidade social, pelas empresas e dos governos, nas décadas de 60 e 70, do século recém-terminado, levou à implantação do Balanço Social, inicialmente na França, em 1977, e se difundiu depois para outros países, especialmente da Europa, tendo aportado no Brasil nos anos 80, onde ainda engatinha.

A partir de esforços que tinham o objetivo de oferecer alternativas para o levantamento e evidenciação de informações ambientais e sociais, surge o Balanço Social, que tem como objetivo divulgar essas informações aos diversos usuários da Contabilidade, tanto externos quanto internos (KROETZ, 2000).

O Balanço Social é um demonstrativo contábil que as empresas não possuem a obrigatoriedade de publicar, e segundo Martins *et al.* (2013, p. 7) “tem por objetivo demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida”. Em consonância, tem-se a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) que segundo Cosenza e Vieira (2013, p. 130)

fornece uma visão abrangente sobre a real capacidade de uma entidade produzir riqueza (no sentido de agregar ou adicionar valor em seu patrimônio) e sobre a forma como se distribui essa riqueza entre os diversos fatores de produção (trabalho, capital próprio e de terceiros e governo).

Conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade, na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado (2008, p. 5), “essa demonstração proporciona o conhecimento de informações de natureza econômica e social e oferece a possibilidade de melhor avaliação das atividades da entidade dentro da sociedade na qual está inserida”.

De acordo com Kroetz (2000, p. 40)

constitui-se numa informação de fundamental importância para a gestão, como também aos demais usuários da Contabilidade. Sendo possível citar a relevância da DVA para as entidades governamentais, auxiliando no processo de análise do perfil e da contribuição da entidade, servindo de base para abertura de linhas de crédito, incentivos, procedimentos conjuntos, entre outras atividades de interesse público.

Nesse sentido, Neves e Viceconti (2011) afirmam a necessidade de elaboração da DVA tendo em vista que:

- a) a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) identifica apenas qual a parcela da riqueza criada efetivamente permanece na empresa na forma de lucro, não identifica, portanto, as demais gerações de riquezas (valores adicionados ou agregados);
- b) as demais demonstrações financeiras também não são capazes de indicar quanto de valor (riqueza) a entidade está adicionando ou agregando às mercadorias ou insumos que adquire; e
- c) as demonstrações mencionadas não identificam, ainda, quanto e de forma foram distribuídos os valores adicionados ou agregados (ou seja, não identificam de que forma foram distribuídas as riquezas criadas pela empresa).

Dessa maneira, fica evidente a importância da DVA, pois de acordo com Reis (2009) através desse demonstrativo podemos encontrar informações a respeito do montante da riqueza que será gerada e que irá auxiliar para o desenvolvimento local e regional. Outro ponto que o autor considera importante sobre essa demonstração é que uma das maneiras de se avaliar a riqueza de um país é por meio do cálculo do valor adicionado.

A partir do que foi apresentado, surge a seguinte questão de pesquisa: **Qual é a forma de distribuição da riqueza gerada pelas empresas do setor têxtil listadas na BM&FBOVESPA entre seus agentes ao longo do período de 2010 a 2016?**

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo desta pesquisa é analisar a distribuição da riqueza gerada na Demonstração do Valor Adicionado (DVA) pelas empresas do setor têxtil com ações listadas na BM&FBOVESPA nos anos de 2010 a 2016.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral, fez-se necessário definir os seguintes objetivos específicos:

- a) Demonstrar a distribuição da riqueza por meio do cálculo de indicadores;
- b) Identificar a média de distribuição da riqueza gerada pelas empresas analisadas;
- c) Apresentar a distribuição da riqueza por empresa no período de 2010 a 2016;

- d) Verificar alterações na distribuição do valor adicionado no período de 2010 a 2016 das empresas do setor têxtil.

Por fim, a análise destas informações possibilitará reconhecer de que forma a riqueza gerada pelas empresas é repartida à sociedade.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

As empresas apresentam na DVA informações relativas à riqueza gerada por elas, bem como a forma de distribuição dessa riqueza, por meio de remunerações dirigidas aos trabalhadores, impostos recolhidos ao governo, juros e aluguéis destinados a financiadores externos e lucros e dividendos distribuídos aos sócios, proprietários e acionistas.

Nesse contexto, Melo *et al.* (2016) investigou como foi distribuída a riqueza gerada por meio da DVA pelas empresas de capital aberto entre as cinco regiões do Brasil nos anos de 2013 e 2014. O autor concluiu que em 2013 a maior distribuição de “Pessoal”, “Impostos, Taxas e Contribuições” e “Remuneração de Capitais de Terceiros” foi gerada pela região Centro-Oeste, enquanto que a maior distribuição com “Remuneração de Capital Próprio” foi gerada pela região Sul. Já em 2014, a região Centro-Oeste continuou com a maior distribuição com “Pessoal” e “Remuneração de Capitais de Terceiros” e a região Sul com maior distribuição de “Remuneração de Capital Próprio”, no entanto, neste ano, a região Sudeste aparece com o montante maior de distribuição de “Impostos, Taxas e Contribuições”.

Na pesquisa de Cardoso *et al.* (2015), o objetivo foi analisar a distribuição da riqueza aos agentes econômicos de diferentes setores no ano de 2013. O estudo concluiu que o grupo que mais obteve destinação dentre as empresas analisadas foi o de “Impostos, Taxas e Contribuições” e que os setores de Telecomunicações, Energia e Indústria Digital foram os que mais distribuíram valor ao governo, enquanto que os setores Farmacêutico e Indústria da Construção foram os que menos distribuíram.

Intenciona-se analisar de que maneira as empresas distribuem a riqueza gerada a agentes econômicos que auxiliaram na produção da mesma, escolhendo um setor específico a ser analisado, diferente dos estudos anteriores, e em período posterior a implantação da Lei nº 11.638/07, que tornou obrigatória a elaboração e publicação da DVA.

Portanto, o estudo tem como justificativa aprofundar o estudo desse tema, analisando como as empresas do setor têxtil apresentam a distribuição do valor adicionado.

#### 1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos, nos quais são abordados: Introdução, Metodologia da Pesquisa, Fundamentação Teórica, Análise da Pesquisa e Conclusões.

No primeiro capítulo tem-se a introdução do trabalho, apresentando o tema e seu contexto, os objetivos gerais e específicos, a justificativa e a organização.

O segundo capítulo trata da metodologia da pesquisa, apresentando a classificação do estudo, amostra e coleta de dados e os procedimentos de análise dos dados.

O terceiro capítulo expõe a fundamentação teórica que está dividida em: Responsabilidade Social, Demonstração do Valor Adicionado e Estudos Similares.

No quarto capítulo é apresentada a análise e discussão dos resultados do estudo.

Por fim, no quinto capítulo tem-se a conclusão da pesquisa, relatando se os objetivos foram alcançados e indicando propostas para futuras pesquisas.

## 2 METODOLOGIA

### 2.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Esse estudo classifica-se como descritivo, pois procura explicar a distribuição da riqueza gerada pelas empresas do setor têxtil. Segundo Gil (2010, p. 27) “as pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis”. Em conformidade, Andrade (2010, p. 112) apresenta que nesse tipo de pesquisa “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles”.

Quanto aos procedimentos da pesquisa, esta é definida como documental, pois de acordo com Silva (2010, p. 55)

a investigação documental é a realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados, tais como: registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicações informais, filmes, microfilmes, fotografias, videoteipe, informações em disquete, diários, cartas pessoais, folclore etc.

Nesse tipo de pesquisa os documentos são classificados em dois tipos: fontes primárias e fontes secundárias. Os documentos de fontes primárias são aqueles que não receberam nenhum tipo de tratamento analítico, como por exemplo: documentos oficiais, reportagens de jornal, diários etc. Já os documentos de fontes secundárias são aqueles que já foram analisados de alguma maneira, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas etc. (GIL 1999 apud BEUREN, 2013).

Os dados da pesquisa foram coletados mediante dados secundários, que segundo Loesch (2015) são dados “publicados ou comunicados por outro pesquisador ou outra organização”. Essa pesquisa buscou material a partir da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), demonstrativo elaborado e publicado pelas empresas.

De acordo com Martins e Theófilo (2016, p. 107)

durante o processo de construção de um trabalho científico, o pesquisador, dependendo da natureza das informações, dos dados e das evidências levantadas, poderá empreender avaliação quantitativa, isto é: organizar, sumarizar, caracterizar e interpretar os dados numéricos coletados.

Portanto em relação à abordagem do problema a pesquisa classifica-se como quantitativa, pois explicou e analisou as informações da DVA das empresas através de cálculo de indicadores, avaliando de que maneira as entidades distribuem a riqueza gerada por elas.



## 2.2 AMOSTRA E COLETA DE DADOS

O Brasil ocupa a quarta posição entre os maiores produtores mundiais de artigos de vestuário e a quinta posição entre os maiores produtores de manufaturas têxteis. Aqui produzimos desde as fibras até as confecções. O setor reúne mais de 32 mil empresas, das quais mais de 80% são confecções de pequeno e médio porte, em todo o território nacional. O setor emprega cerca de 1,7 milhão de brasileiros, sendo que 75% são funcionários do segmento de confecção, mulheres em sua maior parte. Em 2012, o setor têxtil e de confecção faturou US\$ 56,7 bilhões, contra US\$ 67 bilhões em 2011. O setor representa cerca de 6% do valor total da produção da indústria de transformação (ABIT, 2013).

A cadeia têxtil tem seu processo iniciado pela escolha da matéria prima a ser transformada, a fim de que se tornem produtos passíveis de serem consumidos. Sendo que esta possui uma linha verticalizada e complexa, abrangendo desde o cultivo de fibras naturais, principalmente algodão, que será utilizado como matéria prima, até a sua industrialização e comercialização como produto final. Atualmente, a utilização de fibras sintéticas ganhou destaque nas últimas três décadas em função da alta demanda de mercado e ainda pela necessidade de diversificação e redução de custos (MINATTI-FERREIRA; SPANHOL; KELLER, 2009).

Para atender aos objetivos desta pesquisa, definiu-se que a amostra consiste nas empresas de capital aberto com ações listadas na BM&FBOVESPA, que publicaram as DFPs no período de 2010 a 2016, pertencentes ao segmento de Fios e Tecidos, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 Setor de atuação das empresas da pesquisa

Setor	Subsetor	Segmento	Atividade Principal
Consumo Cíclico	Tecidos, Vestuário e Calçados	Fios e Tecidos	Indústria Têxtil

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do *website* BM&FBOVESPA (2017).

Para a presente pesquisa, considerou-se na seleção do setor o fato de que no Brasil, as atividades do setor têxtil são enquadradas pelo Anexo VIII, do art. 3º, da Lei nº 10.165/2000, como potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais em nível médio, o que gera preocupação com este setor.

Assim, foram selecionadas 8 empresas, utilizando-se como base o seu segmento de atuação e sua atividade principal. Como o período de análise das DVAs é de 2010 a 2016, excluiu-se da amostra a empresa Pettenatti S.A. Indústria Têxtil, visto que o exercício financeiro

da entidade não corresponde ao ano civil, prejudicando a comparação com as demais empresas. Também foram excluídas as empresas que são classificadas como *holdings*. Desse modo compõem a amostra as empresas de acordo com o Quadro 2.

Quadro 2 Amostra da pesquisa

Razão Social	Nome de Pregão	Segmento
Cia Fiacao Tecidos Cedro Cachoeira	CEDRO	N1
Cia Industrial Cataguases	IND CATAGUAS	
Cia Tecidos Santanense	SANTANENSE	
Dohler S.A.	DOHLER	
Karsten S.A.	KARSTEN	
Springs Global Participacoes S.A.	SPRINGS	NM
Teka – Tecelagem Kuehnrich S.A.	TEKA	
Textil Renauxview S.A.	TEX RENAUX	

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do *website* BM&FBOVESPA (2017).

Para a coleta de dados foi feita uma pesquisa no website eletrônico da BM&FBOVESPA e no *website* eletrônico das empresas.

## 2.3 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS

### 2.3.1 MÉDIA DE DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA

Segundo Barbetta (2014, p. 91) a média aritmética é definida “como a soma dos valores dividida pelo número de valores observados”. A partir disso, utilizou-se a média para calcular o comportamento do valor adicionado evidenciado pelas empresas nas DVAs durante o período de análise desta pesquisa.

Para análise e interpretação dos dados coletados, somou-se a Distribuição do Valor Adicionado e os grupos que compõem essa distribuição, por ano, permitindo fazer inferências a respeito do setor têxtil.

### 2.3.2 INDICADORES DE DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA

As análises efetuadas com base nas demonstrações financeiras consideram as avaliações patrimoniais, econômicas e financeiras. Essas análises, independentemente do enfoque, têm

como objetivo o fornecimento de informações que auxiliem a tomada de decisões. A DVA retrata uma excelente ferramenta de análise e pode ser utilizada por aqueles que pretendem entender um pouco melhor as relações da sociedade (SANTOS, 2007).

De acordo com De Luca *et al.* (2009, p. 133) “os indicadores de distribuição da riqueza evidenciam como e a quem a empresa está destinando a riqueza criada”. Ainda de acordo com os autores, “esses indicadores possibilitam comparações com a realidade de outras empresas, traduzindo para o analista a conformidade da distribuição da riqueza da empresa em relação aos mesmos indicadores de outras entidades”.

Para a análise da distribuição da riqueza gerada pelas empresas do estudo, foram aplicados quatro indicadores, conforme Quadro 3.

Quadro 3 Indicadores de distribuição da riqueza

Indicadores de distribuição da riqueza	Fórmulas
Participação dos empregados no Valor Adicionado (PEVA)	$\frac{Pessoal}{Valor Adicionado} \times 100$
Participação do governo no Valor Adicionado (PGVA)	$\frac{Governo}{Valor Adicionado} \times 100$
Participação de terceiros no Valor Adicionado (PTVA)	$\frac{Remuneração de Capitais de Terceiros}{Valor Adicionado} \times 100$
Participação dos capitais próprios no Valor Adicionado (PCPVA)	$\frac{Remuneração de Capitais Próprios}{Valor Adicionado} \times 100$

Fonte: Adaptado de DE LUCA ET AL. (2009).

A Participação dos empregados no Valor Adicionado (PEVA) demonstra o quanto de valor agregado a entidade está destinando à sua força de trabalho, esse índice pode sofrer influência direta de diferentes variáveis, como por exemplo, condições do mercado de trabalho, medidas governamentais e políticas de terceirização aplicadas pelas empresas (DE LUCA ET AL., 2009). Para Santos (2007, p. 229) “essa medida é um bom indicador da utilização e produtividade da mão-de-obra utilizada pelas empresas”.

A Participação do governo no Valor Adicionado (PGVA), segundo Santos (2007, p. 229), “indica quanto da riqueza criada pela empresa está sendo endereçada ao Estado”, ou seja, evidencia a contribuição das entidades à sociedade por meio do pagamento de tributos (DE LUCA ET AL., 2009).

O terceiro indicador analisado, Participação de terceiros no Valor Adicionado (PTVA), de acordo com De Luca *et al.* (2009, p. 134) “demonstra o quanto da riqueza gerada pela empresa está sendo destinado aos financiadores, sob a forma de juros e alugueis e, também de *royalties*, franquias e direitos autorais”.

Para Santos (2007, p. 230), a Participação dos capitais próprios no Valor Adicionado (PCPVA) “representa a parcela distribuída a um dos agentes econômicos que auxiliaram na criação da riqueza; nesse caso, os capitais próprios que são de propriedade dos sócios e acionistas”. Ainda de acordo com o autor, “os valores apresentados por esse quociente podem constituir-se num excelente medidor que indicará a evolução e tendência da forma como as riquezas criadas pelas empresas são distribuídas aos portadores de suas quotas ou ações”.

Os indicadores de distribuição da riqueza foram aplicados individualmente pelas empresas da amostra, para que pudesse ser feita uma comparação entre as entidades durante o período de análise.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para dar suporte teórico à pesquisa, apresentam-se neste tópico os temas “Responsabilidade Social”, “Demonstração do Valor Adicionado” e “Estudos Similares”.

#### 3.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A sociedade é um sistema que está em constante evolução, nesse sentido, com o passar dos anos houve a necessidade da mesma adaptar-se em decorrência de transformações econômicas, políticas, sociais e também ambientais. De acordo com Dias (2012, p. 1) “as empresas se inserem de forma integral na sociedade interagindo com suas instituições, com os cidadãos e com seus representantes”, portanto as organizações são parte fundamental nas mudanças que ocorrem na sociedade.

Nesse contexto, devido à globalização da economia e outras transformações na sociedade, como: incremento do comércio internacional, crescimento das corporações transnacionais, desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte, as diferenças econômicas e sociais entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento ficaram mais perceptíveis aos cidadãos (VARELA, COSTA E DOLABELLA, 1999).

Fica evidente que a sociedade tem se tornado cada vez mais exigente no esforço de encontrar retorno para os problemas socioeconômicos resultantes do desempenho das organizações no meio em que estão inseridas. As entidades não podem buscar somente lucros, os seus resultados econômicos devem estar diretamente ligados ao seu desempenho social (DE LUCA ET AL., 2009). Para Cardoso *et al.* (2015, p. 3) “isto ocorre, pois a sociedade reconhece que a vinda de bons resultados está atrelada aos impactos socioambientais causados pelas decisões e ações praticadas nas corporações”. Devido a esse cenário as organizações começaram a adaptar-se às novas tendências, pois são as condutas administrativas que impulsionam as mudanças sociais e ambientais.

A atividade empresarial possui uma dimensão ética, integrada às suas dimensões econômica e legal. Existem diferentes correntes de pensamento que partilham essa percepção. No entanto, não há uma concordância quando se aprofunda o enfoque sobre a natureza dessa dimensão ética. Alguns estudiosos compartilham a “visão dos *stockholders*”, enquanto outros argumentam com base na “visão dos *stakeholders*”. Na primeira visão, os gestores atuam de maneira a incrementar o retorno dos acionistas, ou seja, o foco é a eficiência e o lucro, já na

“visão dos *stakeholders*”, os gestores têm a responsabilidade ética de respeitar os direitos de todos os elementos afetados pela organização, neste caso os clientes, fornecedores, empregados, acionistas e a sociedade. As duas visões afluem no sentido de que as entidades possuem uma função social a cumprir na sociedade, é nesse sentido que se insere a discussão sobre a empresa socialmente responsável (MACHADO FILHO, 2006).

Segundo Kroetz (2000, p. 44)

nascem novas organizações que têm em sua filosofia e prática o desenvolvimento da responsabilidade social e de atitudes ecologicamente corretas. Nas entidades, existe uma responsabilidade social suprema, que é a de utilizar seus recursos e de prosseguir com as atividades destinadas a aumentar seus resultados. Hoje, porém, ninguém dúvida de que a necessidade de gerar benefícios deve colocar-se em plano de igualdade para formar o triângulo resultados-investimentos-empregos (equilíbrio entre resultado financeiro e social/ecológico).

As entidades estão percebendo que ser socialmente responsável gera vantagens ao negócio, afinal, a empresa não existe sem a sociedade. Se a organização tiver como objetivo somente o lucro, sem criar benefícios à região em que está estabelecida, ela poderá ser prejudicial ao meio onde está inserida. Portanto, sendo nociva à sociedade, por consequência estará sendo ruim para si própria (VELLANI, 2011). As empresas como parte integrante da sociedade não sobrevivem sem seus usuários, que utilizam seus serviços e/ou consomem seus produtos, portanto, as organizações precisam estar atentas às demandas de seus clientes.

Segundo Dias (2012, p. 4) “a sociedade passa a interagir e participar nas empresas como nunca havia acontecido, fortalecendo-se desse modo a concepção de *stakeholders* externos à organização”, dessa maneira as entidades começam a preocupar-se com sua imagem em relação aos seus usuários, percebendo que não há mais espaço para empresas que estão somente preocupadas com a maximização dos lucros e redução dos custos. Nasce um novo conceito de empresa que se caracteriza pela mudança no pensamento de seu funcionamento, focando em questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável e à responsabilidade social.

Para Vellani (2011, p. 3) “Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e Sustentabilidade Empresarial são sinônimos e significam integração do desempenho econômico, social e ambiental das empresas”. Para a *Corporate Social Responsibility* (CSR, 2006 apud VELLANI, 2011) não existe uma definição universal para a responsabilidade social, no entanto, ela pode ser concebida pela esfera privada como uma integração entre as variáveis econômica, social e ecológica. Essas três dimensões são o alicerce da sustentabilidade, chamado de resultado triplo, ou então como são conhecidas internacionalmente, *Triple Bottom Line* (TBL).

Segundo Vellani e Ribeiro (2009, p. 189)

o conceito TBL reflete sobre a necessidade de as empresas ponderarem em suas decisões estratégicas o *bottom line* econômico, o *bottom line* social e o *bottom line* ambiental, mantendo: a sustentabilidade econômica ao gerenciar empresas lucrativas e geradoras de valor; a sustentabilidade social ao estimular educação, cultura, lazer e justiça social à comunidade; e a sua sustentabilidade ecológica ao manter ecossistemas vivos, com diversidade.

Responsabilidade social é um termo que se refere à boa governança das organizações, focando na gestão ética sustentável e nos compromissos que a entidade assume com a sociedade em que está inserida, gerenciando seus impactos sociais, ambientais e econômicos. Para Quintana *et al.* (2013, p. 52) “Responsabilidade Social nada mais é do que o comprometimento do empresário com a adoção de um comportamento que contribua para o desenvolvimento econômico, atuando como agente social no processo de desenvolvimento sustentável”.

Diretamente relacionada com o conceito de responsabilidade social, surgiu a Demonstração do Valor Adicionado, visando atender às necessidades de informações dos usuários sobre o valor da riqueza criada pelas entidades e a sua respectiva distribuição (DE LUCA ET AL., 2009).

### 3.2 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A procura contínua por informações cada vez mais úteis, precisas e tempestivas deve ser preocupação dos profissionais responsáveis pela geração, divulgação e análise de dados que possam interferir nas relações sociais entre indivíduos e organizações. Dessa maneira, um demonstrativo que ofereça maior consistência às informações utilizadas para medir as riquezas geradas no país terá grande utilidade social (SANTOS, 2007).

Foi na década de 1970 que as discussões relativas às questões do desenvolvimento sustentável e da gestão socioambiental passaram a figurar de forma mais intensa nos debates no meio acadêmico, empresarial e, principalmente, junto à sociedade civil. No entanto, somente a partir da década de 1980 é que os debates sobre o cálculo e divulgação da geração e da distribuição da riqueza pelas organizações por meio da DVA começaram a ser estimulados no meio acadêmico (DE LUCA ET AL., 2009).

De acordo com Marion (2012, p. 59)

a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) surgiu na Europa, principalmente por influência da Inglaterra, da França e da Alemanha, e tem tido cada vez mais demanda em âmbito internacional, inclusive em virtude de expressa recomendação por parte da ONU.

A partir das modificações das práticas contábeis brasileiras para convergência às normas internacionais de contabilidade, que fizeram com que as entidades começassem a conviver com novos procedimentos contábeis elaborados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), fundamentado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Regional de Contabilidade (CFC), tem-se a Demonstração do Valor Adicionado (DVA). No entanto, importante destacar que conforme Szuster *et al.* (2013, p. 38) “os padrões internacionais de contabilidade não exigem a apresentação da DVA”.

No Brasil a publicação da DVA era facultativa até a promulgação da Lei nº 11.638/2007, que alterou e revogou dispositivos da Lei nº 6.404/1976, tornando obrigatória para as companhias de capital aberto a elaboração e publicação do demonstrativo. A nova redação do art. 188 da Lei nº 6.404/1976 dispõe, em seu inciso II, que a DVA indicará, no mínimo “o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída”.

Conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade, na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado (2008, p. 5), “essa demonstração proporciona o conhecimento de informações de natureza econômica e social e oferece a possibilidade de melhor avaliação das atividades da entidade dentro da sociedade na qual está inserida”.

Para Cosenza e Vieira (2013, p. 128)

apesar de sua utilidade ser muito realçada no meio acadêmico, uma vez que ela evidencia diferentes concepções sobre a riqueza criada e distribuída por uma empresa, esta demonstração ainda é desconhecida por boa parte dos stakeholders, já que até bem pouco tempo não havia no Brasil um esforço canalizado para normatizar sua elaboração e, tampouco, obrigar sua publicação.

Portanto, o objetivo da Demonstração do Valor Adicionado é evidenciar o valor da riqueza econômica gerada pelas atividades da empresa, bem como a sua distribuição entre os agentes que contribuíram para a sua criação (MARTINS *ET AL.*, 2013). A partir disso, percebe-se que a DVA proporciona uma visão diferente em termos de demonstrações contábeis, pois os



demonstrativos tradicionais visam evidenciar os lucros das empresas e como os mesmos foram calculados, focando nos interesses dos investidores.

Para Marion (2012, p. 59) “a DVA é uma demonstração bastante útil, inclusive do ponto de vista macroeconômico, uma vez que, o somatório dos valores adicionados (ou valores agregados) de um país representa, na verdade, seu Produto Interno Bruto (PIB)”. Nesse contexto, Martins *et al.* (2013, p. 667) afirmam que “a DVA está fundamentada em conceito macroeconômico, buscando apresentar, sem dupla contagem, a parcela de contribuição que a empresa tem na formação do PIB”.

Segundo Santos (2007, p. 29)

o valor adicionado representa o incremento de valor que se atribui a um bem durante o processo produtivo. Assim, poder-se-ia concluir que as empresas, ao exercerem suas atividades, utilizando-se de bens e serviços que são adquiridos de terceiros, aplicando seus capitais, através da utilização de seus equipamentos, e o trabalho de seus empregados, estarão adicionado valor aos novos produtos que serão colocados no mercado.

De acordo com Martins *et al.* (2013), as informações da DVA são importantes para:

- a) analisar a capacidade de geração de valor e a forma de distribuição das riquezas de cada empresa;
- b) permitir a análise do desempenho econômico da empresa;
- c) auxiliar no cálculo do PIB e de indicadores sociais;
- d) fornecer informações sobre os benefícios (remunerações) obtidos por cada um dos fatores de produção (trabalhadores e financiadores – acionistas ou credores) e governo;
- e) auxiliar a empresa a informar sua contribuição na formação da riqueza à região, Estado, país, etc. em que se encontra instalada.

A DVA, portanto, evidencia a riqueza que foi gerada, individualmente, por uma empresa. No entanto, essa demonstração contábil não se restringe a essa informação, a DVA também permite a identificação da riqueza recebida em transferência, demonstrando como essas riquezas são distribuídas aos seus agentes: empregados, governo, financiadores externos e sócios ou acionistas (CUNHA, RIBEIRO E SANTOS, 2005).

Para Lins e Francisco Filho (2012, p. 33)

a demonstração do valor adicionado apresenta para os usuários das demonstrações contábeis o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída que fica retida na empresa. Essa demonstração permite avaliar o peso de alguns compromissos assumidos pela empresa, como, por exemplo, os empréstimos obtidos, além da carga tributária que a empresa está sendo onerada.

O Quadro 4 apresenta o modelo definido pela NBC TG 09, aprovada pela Resolução nº 1.138/08 do CFC.

Quadro 4 Modelo de DVA para empresas em geral

<b>DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>Em milhares de reais</b>
<b>1 - RECEITAS</b>	
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	
1.2) Outras receitas	
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios	
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)</b>	
2.1) Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	
2.4) Outras (especificar)	
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	
<b>4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>	
<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)</b>	
<b>6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	
6.2) Receitas financeiras	
6.3) Outras	
<b>7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>	
<b>8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)</b>	
8.1) Pessoal	
8.1.1 - Remuneração direta	
8.1.2 - Benefícios	
8.1.3 - FGTS	
8.2) Impostos, taxas e contribuições	
8.2.1 - Federais	
8.2.2 - Estaduais	
8.2.3 - Municipais	
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	
8.3.1 - Juros	
8.3.2 - Alugueis	
8.3.3 - Outras	
8.4) Remuneração de capitais próprios	
8.4.1 - Juros sobre capital próprio	
8.4.2 - Dividendos	
8.4.3 - Lucros retidos / prejuízos do exercício	
8.4.4 - Participação dos não controladores nos lucros retidos (só para consolidação)	

(\*) O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7.

Fonte: Adaptado de CPC 09 (2008).

Segundo Martins *et al.* (2013, p. 668) “as informações necessárias para a elaboração da DVA são extraídas da contabilidade, especialmente da Demonstração do Resultado e, portanto, deve seguir o regime de competência de exercícios”.

Analisando o Quadro 4, observa-se que a DVA é dividida em duas partes, a primeira evidencia os principais componentes de geração da riqueza que são as receitas, insumos adquiridos de terceiros e valor adicionado recebido em transferência. Já na segunda parte é apresentada a forma de distribuição da riqueza para pessoal e encargos; impostos, taxas e contribuições; remuneração de capital de terceiros e remuneração de capitais próprios (SANTOS, 2007).

De acordo com De Luca *et al.* (2009, p. 44) no grupo das receitas “devem ser inseridas informações sobre as receitas auferidas pela empresa durante o período em função de suas operações normais, considerando-se o regime de competência, líquidas de devoluções, abatimentos e descontos comerciais”. Nesse grupo também estão incluídos os valores do ICMS, IPI, PIS e COFINS incidentes sobre essas receitas (MARTINS *ET AL.*, 2013).

Ainda no grupo das receitas, tem-se os valores relativos às perdas estimadas apropriadas ao resultado, bem como sua respectiva reversão, ou seja, valores relativos à despesa com provisão para créditos de liquidação duvidosa (DE LUCA *ET AL.*, 2009; MARTINS *ET AL.*, 2013). Para Neves e Viceconti (2011, p. 310) “a razão é que a constituição da provisão se refere a perdas que a empresa estima incorrer no financiamento de seus clientes e que, portanto, diminuem a riqueza gerada pelas vendas da empresa”.

O segundo grupo retratado na DVA refere-se aos insumos adquiridos de terceiros, que de acordo com Santos (2007, p. 49) são os “serviços, matérias-primas, mercadorias, materiais etc. consumidos no processo de produção e geração das receitas”. Segundo De Luca *et al.* (2009, p. 44) os “valores devem embutir os impostos recuperáveis, ou não, que incidiram sobre a transação de compra dos itens vendidos, como, por exemplo, ICMS, IPI, PIS e COFINS”. O Valor Adicionado Bruto é o resultado da diferença entre as receitas e os insumos adquiridos de terceiros (DE LUCA *ET AL.*, 2009).

A depreciação pode ser entendida como um procedimento que distribuí os custos de certos ativos durante diversos períodos, ou seja, é a apropriação desses custos no ciclo de vida útil do respectivo ativo (SANTOS, 2007). Dessa maneira, De Luca *et al.* (2009, p. 45) afirmam que “precisam ser deduzidos do total da receita, para a definição do valor efetivamente agregado pela companhia à economia local”.

O item 6 da DVA – Valor Adicionado Recebido em Transferência – representa os resultados da participação em outras empresas, as receitas financeiras referentes à rendimentos de aplicações financeiras e variação monetária e cambial. Nesse caso, os valores desse grupo

são somados ao item anterior, resultando no Valor Adicionado Total a Distribuir (DE LUCA ET AL., 2009).

A partir do Quadro 4, pode-se observar que o item 8 é apresentado conforme o CPC 09 (2008), que define que a distribuição da riqueza criada deve ser detalhada da seguinte forma:

- a) pessoal e encargos;
- b) impostos, taxas e contribuições;
- c) juros e alugueis;
- d) juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos; e
- e) lucros retidos/prejuízos do exercício.

Quadro 5 Principais componentes da distribuição da riqueza

Pessoal	Remuneração direta	Valores relativos a salários, 13º salário, honorários da administração, férias, comissões, horas extras, participação de empregados nos resultados, etc.
	Benefícios	Valores relativos a assistência médica, alimentação, transporte, planos de aposentadoria, etc.
	FGTS	Valores depositados em conta vinculada dos empregados.
Impostos, taxas e contribuições	Federais	Inclui os tributos devidos à União, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte aos Estados, Municípios, Autarquias, etc., tais como IRPJ, CSSL, IPI, CID, PIS, COFINS. Inclui também a contribuição sindical patronal.
	Estaduais	Inclui os tributos devidos aos Estados, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte aos Municípios, Autarquias, etc., tais como o ICMS e o IPVA.
	Municipais	Inclui os tributos devidos aos Municípios, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte às Autarquias, ou quaisquer outras entidades, tais como o ISS e o IPTU.
Remuneração de capitais de terceiros	Juros	Inclui as despesas financeiras, inclusive as variações cambiais passivas, relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras, empresas do grupo ou outras formas de obtenção de recursos. Inclui os valores que tenham sido capitalizados no período.
	Alugueis	Inclui os alugueis (inclusive as despesas com arrendamento operacional) pagos ou creditados a terceiros, inclusive os acrescidos aos ativos.
	Outros	Inclui outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros, mesmo que originadas em capital intelectual, tais como <i>royalties</i> , franquia, direitos autorais, etc.
Remuneração de capitais próprios	Juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos	Inclui os valores pagos ou creditados aos sócios e acionistas por conta do resultado do período, ressaltando-se os valores dos JCP transferidos para conta de reserva de lucros. Devem ser incluídos apenas os valores distribuídos com base no resultado do próprio exercício, desconsiderando-se dividendos distribuídos com base em lucros acumulados de exercícios anteriores, uma vez que já foram tratados como “lucros retidos” no exercício em que foram gerados.
	Lucros retidos e prejuízos do exercício	Inclui os valores relativos ao lucro do exercício destinados às reservas, inclusive os JCP quando tiverem esse tratamento; nos casos de prejuízo, esse valor deve ser incluído com sinal negativo.

Fonte: Adaptado do CPC 09 (2008).

O Quadro 5 apresenta os principais componentes de distribuição da riqueza evidenciados na DVA, descrevendo os valores que constituem cada grupo. A partir das informações do Quadro 5 é possível entender a importância dessa demonstração para os investidores e demais usuários da informação, pois permite o conhecimento de informações de natureza econômica e social e proporciona a possibilidade de uma melhor avaliação das atividades das empresas dentro da sociedade na qual estão inseridas (CPC 09, 2008).

### 3.3 PESQUISAS SIMILARES

No meio acadêmico diversas pesquisas foram realizadas tendo como tema principal a Demonstração do Valor Adicionado.

Klöppel e Schnorrenberger (2011) procuraram verificar a capacidade das empresas em gerar riqueza e sua respectiva destinação. A amostra foi composta por 36 empresas que faziam parte do IBOVESPA no segundo quadrimestre de 2010 e que publicaram as DVAs nos exercícios de 2007 a 2009, representando os setores de Construção e Transporte, Financeiros e Outros, Materiais Básicos, Telecomunicações e Utilidade Pública. O estudo demonstrou através da média do período, que o setor de Utilidade Pública foi o que mais gerou riqueza e o setor de Materiais Básicos o que menos agregou. Quanto à destinação da riqueza gerada no período analisado, mais da metade dos setores destinaram a maior parte da riqueza para o Governo.

Ferrari (2011) analisou a distribuição do valor adicionado por empresas do setor de atuação de Matérias Básicas listadas na BM&FBOVESPA, nos anos de 2005 a 2009. A proposta da pesquisa foi verificar a semelhança no comportamento das distribuições do valor agregado pelas empresas, visto que as mesmas pertencem ao mesmo setor. A pesquisa apontou um comportamento homogêneo na distribuição entre as empresas do setor ao longo do período, exceto pelo ano de 2008, período em que ocorreu a crise econômica americana.

Morch *et al.* (2008) buscaram determinar qual a destinação das riquezas geradas pelas empresas do setor de energia elétrica aos *stakeholders* quanto à proporção em que as riquezas foram distribuídas. A amostra foi constituída por empresas que operam no país e que divulgaram suas demonstrações contábeis nos anos de 2006 e 2007. O estudo demonstrou que no ano de 2007, para as empresas distribuidoras de energia elétrica, os tributos representaram 68% da riqueza gerada, contra 28% para as empresas geradoras e/ou transmissoras.

Konraht, Schäfer e Ferreira (2014) procuraram identificar a tendência dos custos tributários suportados pelas empresas do setor de energia elétrica, listadas na

BM&FBOVESPA, comparado à variação da riqueza gerada. No estudo foram analisadas todas as empresas do setor de energia elétrica entre os anos de 2007 e 2013 e que não tinham como atividade principal a participação societária em outras empresas. A pesquisa concluiu que existe uma tendência de as empresas que apresentaram maior valor adicionado suportarem cargas tributárias inferiores, a um nível de confiabilidade de 95%.

Londero e Bialoskorski Neto (2016) investigaram como o impacto econômico e social das cooperativas agropecuárias pode ser evidenciado por meio da DVA, os autores construíram um modelo ajustado de DVA, direcionado para cooperativas, e em seguida, uma pesquisa empírica em um estudo de caso. O estudo apresentou como principais alterações sugeridas no atual modelo de DVA foram a separação do ato cooperado e não cooperado nas informações sobre receita e insumos adquiridos, e o destaque da informação do diferencial de preço pago ao insumo adquirido do cooperado, um dos retornos oferecidos pelas cooperativas suprimido na contabilidade atual. Os autores demonstraram a viabilidade desse modelo ajustado de DVA com base nos dados contábeis disponíveis, quantificando o impacto socioeconômico na região onde as cooperativas agropecuárias estão inseridas.

Dessa forma, é possível constatar que ainda existe espaço para pesquisas voltadas a investigar a distribuição da riqueza gerada por meio da análise da Demonstração do Valor Adicionado.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Essa seção tem o propósito de explicar sobre os dados que foram coletados e analisados, gerando informações que permitam a compreensão adequada do estudo, com a intenção de atingir os objetivos propostos e responder a questão da pesquisa.

### 4.1 MÉDIA DE DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA

A partir dos critérios definidos para limitação da amostra foram identificadas 8 empresas do setor têxtil com ações listadas na BM&FBOVESPA. As Tabelas 1 e 3 representam a média da distribuição do valor adicionado, por ano, pelo setor em cada grupo da DVA durante o período analisado. A Tabela 1 evidencia a média de distribuição do valor agregado em termos percentuais do valor total a distribuir.

Tabela 1 Média de distribuição percentual do valor adicionado de 2010 a 2016

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pessoal	52,41%	63,46%	43,84%	51,10%	53,34%	52,64%	54,57%
Impostos, Taxas e Contribuições	32,22%	42,51%	26,09%	29,14%	25,07%	22,56%	23,39%
Remuneração de Capitais de Terceiros	21,47%	38,96%	30,65%	28,93%	35,28%	46,27%	45,92%
Remuneração de Capitais Próprios	-6,10%	-44,93%	-0,62%	-9,58%	-14,36%	-21,65%	-24,10%
Outros	0,00%	0,00%	0,04%	0,41%	0,67%	0,18%	0,22%

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Na Tabela 3, foi possível identificar que entre todos os grupos da DVA o que obteve maior destinação do valor agregado, durante os 7 anos analisados, foi o de “Pessoal”, sendo que em mais de 85% desse período, a média de distribuição foi superior a 50% do valor adicionado total. Os grupos “Impostos, Taxas e Contribuições” e “Remuneração de Capitais de Terceiros” alternaram durante o período analisado entre a segunda e terceira posição.

O grupo “Remuneração de Capitais Próprios” evidencia que, em média, o setor têxtil apresentou prejuízo ao longo dos 7 anos da análise, sendo que em 2011 este grupo atingiu o percentual de -44,93%. Já o grupo “Outros” apresentou valores inferiores a 1% entre 2010 e 2016, considerados insignificantes quando comparados aos outros grupos.

Dentro do grupo “Pessoal” existem os subgrupos “Remuneração Direta”, “Benefícios”, “FGTS” e “Outros”, devido ao fato desse grupo ter apresentado grande representatividade dentro da DVA, analisou-se de que maneira a riqueza estava sendo distribuída entre estes elementos.

Tabela 2 Participação média dos empregados no valor adicionado

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Remuneração Direta	82,35%	81,96%	81,67%	81,30%	81,03%	81,70%	81,50%
Benefícios	12,11%	12,20%	12,56%	12,75%	13,24%	12,61%	12,78%
FGTS	4,95%	5,26%	5,15%	5,29%	5,31%	5,28%	5,32%
Outros	0,59%	0,58%	0,62%	0,66%	0,42%	0,40%	0,40%

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

De acordo com a Tabela 2, foi possível verificar que o subgrupo “Remuneração Direta” foi o que teve maior participação dentro do grupo “Pessoal”, sendo que pela média do setor, todas as empresas destinaram mais de 80% da sua riqueza para pagamento de salários. Os subgrupos “Benefícios” e “FGTS” ficaram em segundo e terceiro lugar, respectivamente, dentro da distribuição. Observou-se que durante o período analisado, nenhum desses elementos sofreu grande oscilação, todos mantiveram-se praticamente constantes. A participação do subgrupo “Outros” foi pouco expressiva quando comparada aos demais, dentre as empresas da amostra, apenas uma destinou valores à este subgrupo.

A Figura 1 representa a média da distribuição do valor agregado entre os grupos, no período de 2010 a 2016, em milhares de reais.

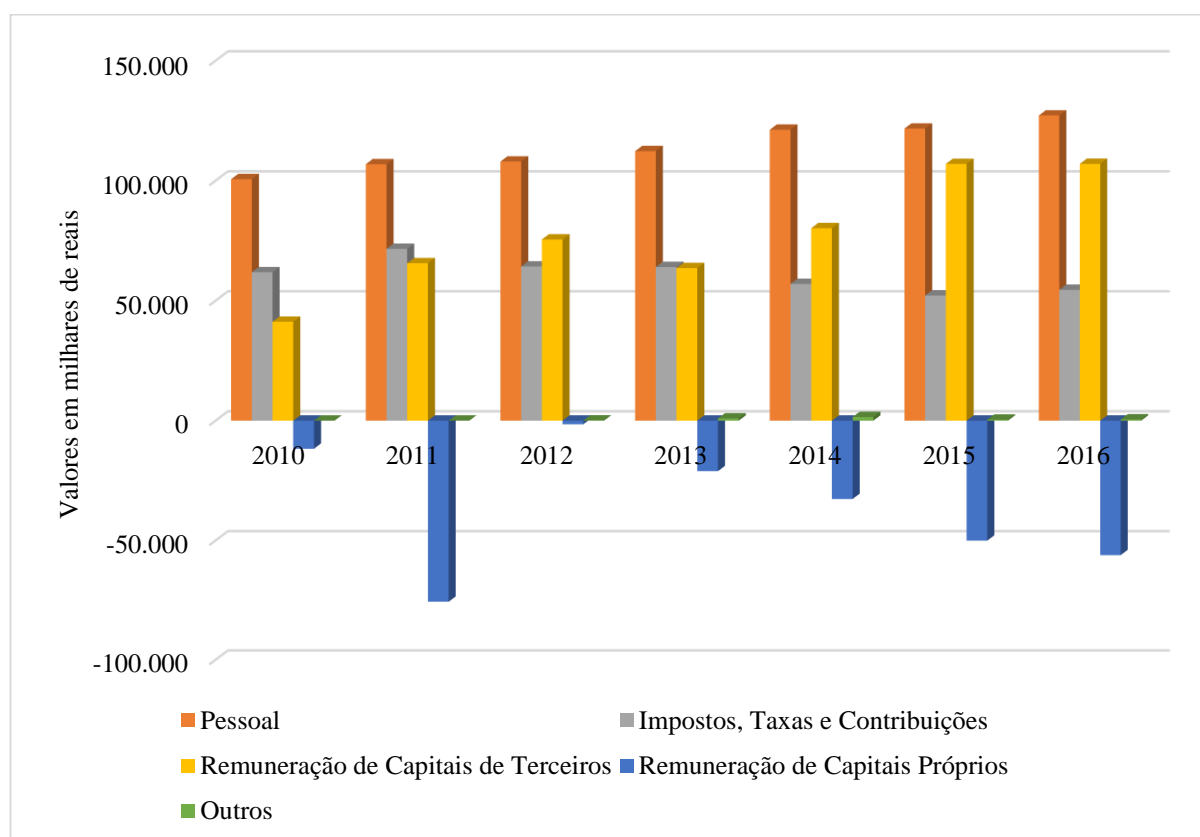


Figura 1 Média da distribuição do valor adicionado entre 2010 e 2016

Fonte: Dados da pesquisa (2017).



A Tabela 3 mostra a média do valor agregado do setor têxtil, em reais, durante os anos de 2010 a 2016. Observou-se que a média do valor adicionado total teve uma tendência crescente durante o período analisado, apresentando apenas uma queda entre o ano de 2010 e 2011 de 12,30%. Do ano de 2010 para o ano de 2016 o valor agregado total cresceu 21,37%. A partir da análise da Figura 1 e da Tabela 3, pode-se observar que o valor adicionado médio dos grupos “Pessoal” e “Remuneração de Capitais de Terceiros” cresceu ao longo dos anos, seguindo a tendência do valor adicionado total.

Tabela 3 Média da distribuição do valor adicionado de 2010 a 2016 (em milhares de reais)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Valor Adicionado Total	191.974	168.369	246.263	219.740	227.274	231.172	233.005
Pessoal	100.621	106.853	107.968	112.290	121.226	121.686	127.153
Impostos, Taxas e Contribuições	61.848	71.574	64.247	64.034	56.974	52.146	54.499
Remuneração de Capitais de Terceiros	41.214	65.597	75.478	63.564	80.193	106.970	106.992
Remuneração de Capitais Próprios	-11.709	-75.656	-1.520	-21.048	-32.632	-50.042	-56.144
Outros	0	0	89	901	1.514	412	504

Fonte: Dados da pesquisa.

Apesar do crescimento do valor agregado a distribuir, foi verificado que o grupo “Impostos, Taxas e Contribuições” teve queda de 11,88% de 2010 para 2016.

Na Figura 2 pode-se perceber a tendência progressiva da média do valor adicionado total.

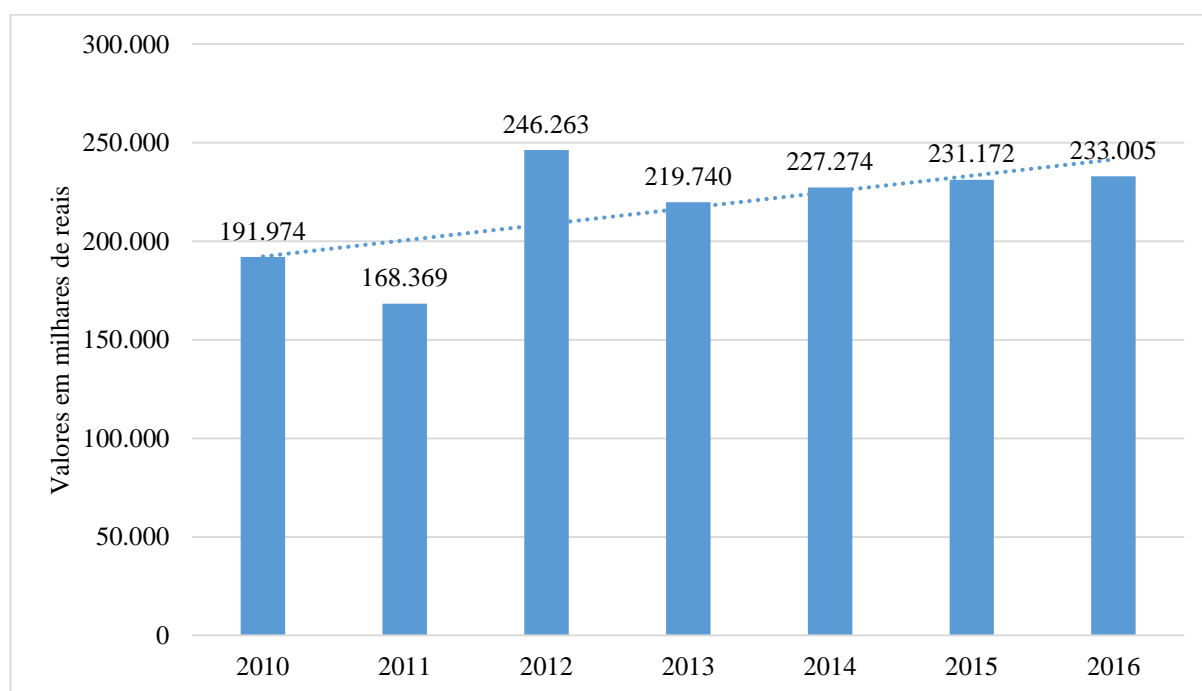


Figura 2 Média do valor adicionado total entre 2010 e 2016

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O grupo “Remuneração de Capitais Próprios” apresentou queda no valor médio de R\$ 44.435 de 2010 para 2016, ou seja, durante o período analisado isso representou um aumento no prejuízo apresentado pelas empresas do setor têxtil. Examinando as entidades de maneira individual, observou-se que apenas uma delas apresentou lucro durante os 7 anos analisados, representando 12,5% da amostra. Entre as empresas analisadas, 50% apresentaram prejuízo em mais de 85% do período em análise, sendo que duas dessas indústrias tiveram prejuízo em todos os exercícios financeiros estudados.

Dessa maneira, ficou evidenciado o aumento da participação da “Remuneração de Capitais Próprios” dentro do valor adicionado a distribuir de 2010 para 2016, em 379,51%.

Na Figura 3 pode-se observar oscilação de cada agente econômico nos anos de 2010 a 2016. O grupo “Remuneração de Capitais Próprios” sofreu uma queda em 2011, o que significa maior prejuízo para as empresas. O ano de 2012 foi o que apresentou melhor resultado para esse grupo, atingindo -9,58%.

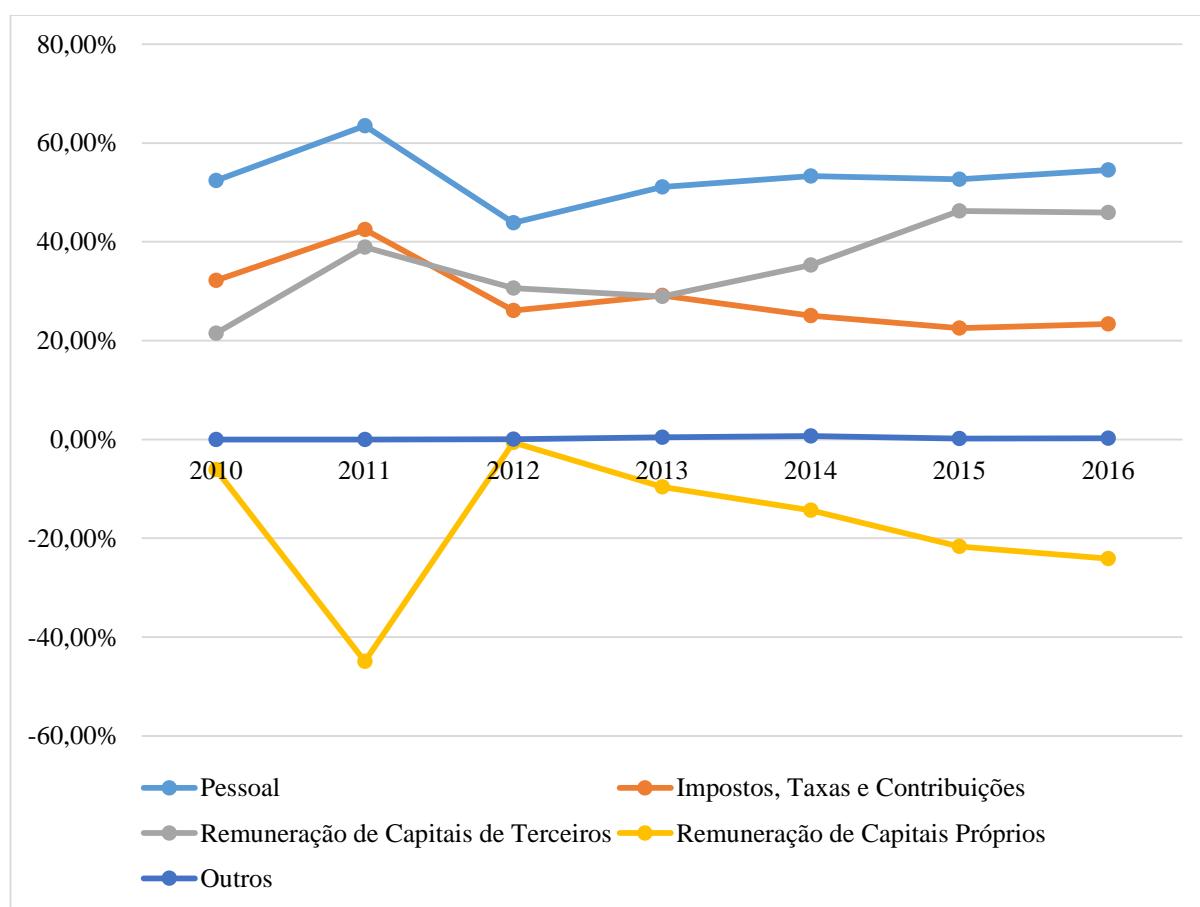


Figura 3 Evolução dos grupos da DVA

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

## 4.2 DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA POR EMPRESA

A partir da análise das DVAs das empresas da amostra, observou-se que o setor têxtil apresentou semelhanças em relação ao Valor Adicionado Distribuído, ao longo do período pesquisado, evidenciando que 87,5% das empresas pesquisadas distribuiu entre R\$ 50.001,00 e R\$ 226.039,00. A Springs foi a empresa que teve a distribuição do valor agregado superior às demais companhias, conforme Figura 4.

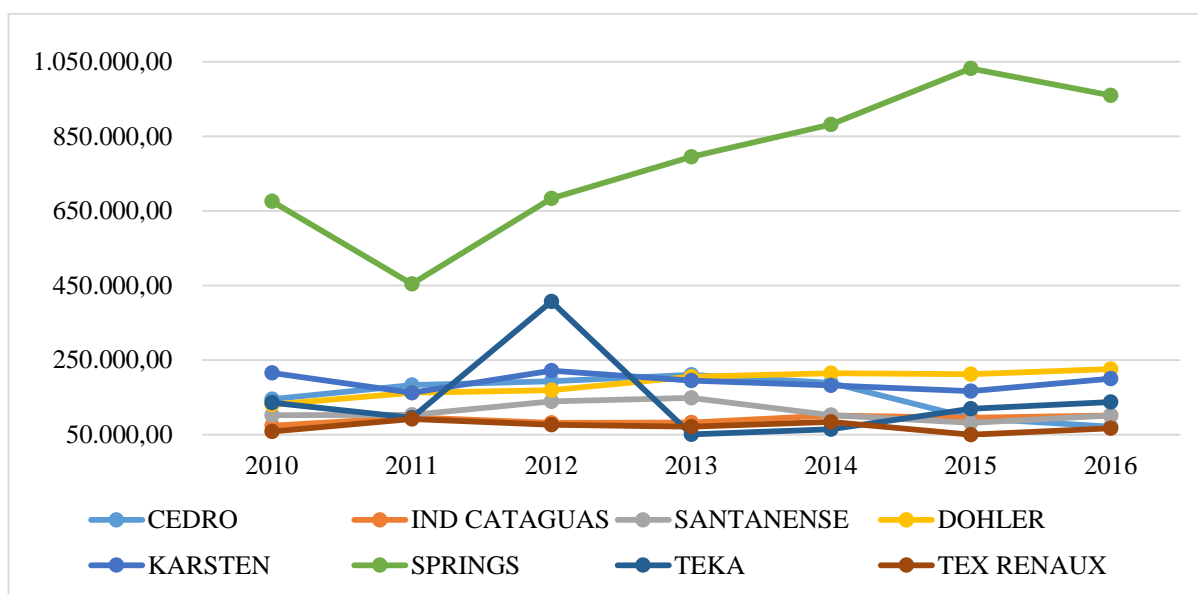


Figura 4 Distribuição do valor adicionado (em milhares de reais)

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A Springs apresentou crescimento no valor adicionado de R\$ 284.287,00 entre 2010 e 2016, o que representou um aumento em 42%, o maior entre as empresas do setor. Outra empresa que teve um acréscimo que pode ser considerado expressivo foi a Dohler, que de 2010 para 2016 aumentou o valor adicionado a distribuir em R\$ 95.282,00.

Apesar da maioria das entidades ter demonstrado um crescimento no valor adicionado ao longo do período analisado, algumas apresentaram queda nesses valores, como por exemplo, a Cedro e a Karsten que tiveram diminuição de R\$ 74.291,00 e R\$ 15.504,00, respectivamente, entre 2010 e 2016.

A Figura 5 apresenta a Participação dos Empregados no Valor Adicionado (PEVA), indicador que demonstra quanto do valor agregado distribuído foi destinado ao pagamento de remunerações, benefícios e FGTS.

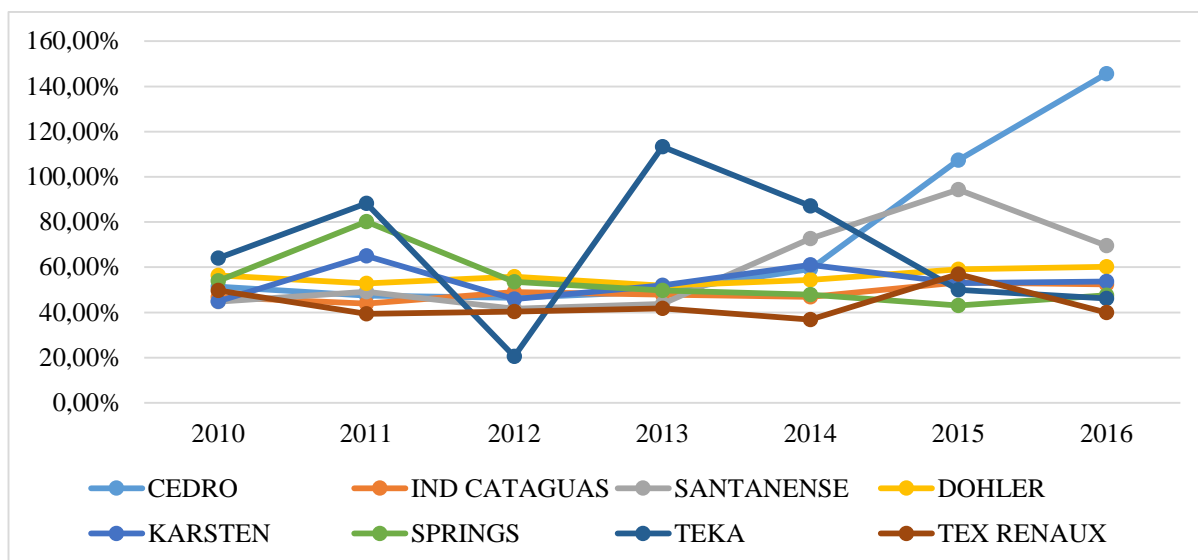


Figura 5 Participação dos empregados no valor adicionado (PEVA)

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Durante o período analisado, notou-se que a maioria das empresas do setor têxtil apresentou comportamento similar em relação à PEVA. No entanto, ressalta-se que a Santanense teve um aumento nos anos de 2014 e 2015, atingindo 94,32% de distribuição aos empregados neste último ano, o maior percentual da empresa durante o período analisado, e no ano de 2016 a empresa teve uma queda, encerrando o exercício com 69,61% de PEVA.

A empresa Cedro também apresentou um desempenho considerado anormal em relação às demais empresas a partir de 2015, pois neste ano e em 2016 teve um aumento significativo na PEVA, atingindo 107,40% e 145,64%, respectivamente.

A Teka foi a empresa que obteve as maiores oscilações entre 2010 e 2016, sendo que o percentual de distribuição mais baixo foi em 2012, tendo uma PEVA de 20,51%. No ano seguinte, a entidade apresentou o mais alto percentual de distribuição aos empregados, encerrando o exercício de 2013 em 113,27%. As demais empresas da pesquisa tiveram a PEVA entre 36,84% e 80,17%.

A Figura 6 mostra a Participação do Governo no Valor Adicionado (PGVA), este indicador evidencia o quanto do valor adicionado foi distribuído por meio de impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais. É possível observar que as empresas da amostra apresentaram comportamentos desiguais, sendo que o ano de 2015 foi o período em que as empresas tiveram a diferença mais evidenciada entre a maior e a menor distribuição percentual ao governo. Neste ano a empresa que apresentou a PGVA mais alta foi a Tex Renaux, distribuindo 59,61% do valor agregado, enquanto que a mais baixa PGVA foi -3,65%, referente a empresa Santanense.

O percentual negativo demonstrado pela Santanense refere-se ao valor agregado distribuído aos impostos, taxas e contribuições estaduais, devido ao fato da empresa possuir impostos a recuperar que superam os valores dos impostos a recolher.

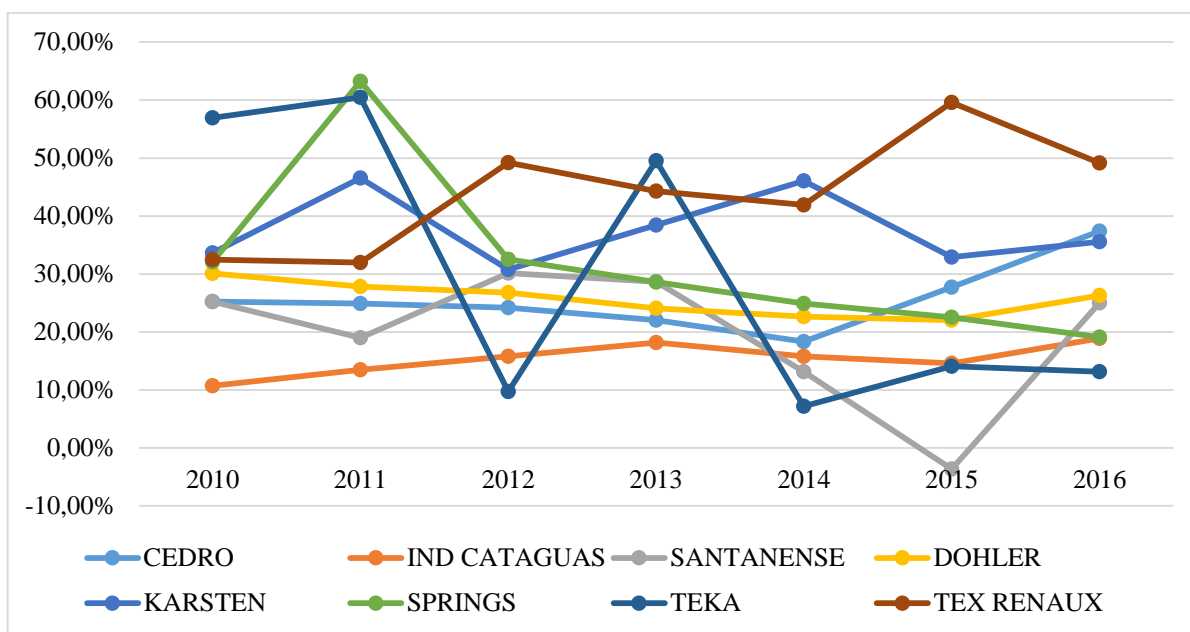


Figura 6 Participação do governo no valor adicionado (PGVA)

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Conforme a Figura 6, pode-se observar que a Teka foi a empresa que teve as maiores alterações da PGVA, seguindo a mesma tendência do indicador analisado anteriormente, a Participação dos Empregados no Valor Adicionado (PEVA). Em 2011 a PGVA foi de 60,46%, percentual mais alto da Teka durante o período analisado, e em 2014 foi 7,17%, sendo a menor distribuição ao governo da empresa entre 2010 e 2016. Dentre as empresas da amostra, a Teka foi a que apresentou a maior diferença da PGVA entre 2010 e 2016, tendo uma queda de 43,78 pontos percentuais.

A entidade que teve o maior aumento na Participação do Governo no Valor Adicionado durante o período analisado foi a Tex Renaux, aumentando em 16,67 pontos percentuais de 2010 para 2016.

A Figura 7 apresenta a Participação de Terceiros no Valor Adicionado (PTVA), indicador que evidencia o quanto do valor adicionado foi distribuído por meio de juros e aluguéis pagos a terceiros.

Observou-se que 87,5% das empresas analisadas tiveram uma atuação parecida em relação a distribuição do valor agregado aos capitais de terceiros, no entanto no ano de 2015 a

Tex Renaux, que demonstrava a PTVA similar às demais entidades do setor, apresentou um aumento expressivo, atingindo o percentual de 274,89%, um crescimento de 228,03 pontos percentuais, sendo a maior distribuição do valor adicionado aos capitais de terceiros efetuado pelas empresas da amostra durante o período de estudo.

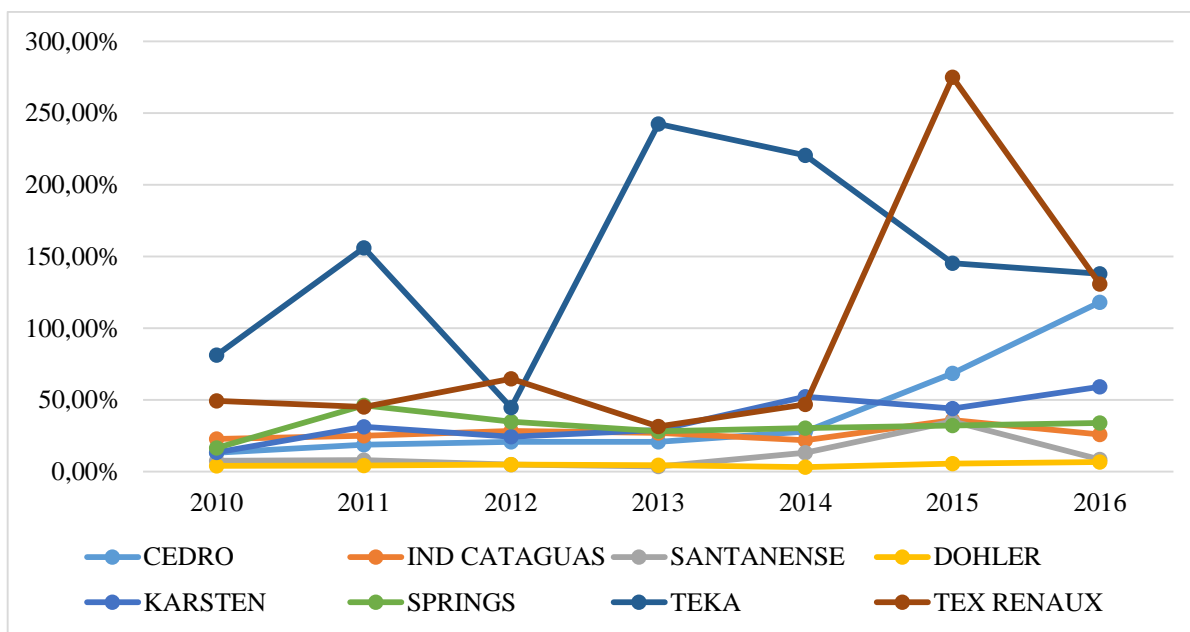


Figura 7 Participação de terceiros no valor adicionado (PTVA)

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A Teka teve o mesmo comportamento que foi percebido na PEVA e na PGVA, ou seja, foi a empresa que mais oscilou o valor agregado destinado à capitais de terceiros. Apesar dessas variações, a Teka não foi a empresa que apresentou a maior diferença entre os anos de 2010 e 2016, neste caso foi a Cedro teve essa diferença, aumentando em 104,93 pontos percentuais o valor adicionado distribuído para terceiros, sendo um aumento expressivo, visto que até o ano de 2014 a Cedro apresentava um crescimento que pode ser considerado constante.

A Figura 8 mostra a Participação dos Capitais Próprios no Valor Adicionado (PCPVA), este indicador evidencia os juros sobre o capital próprio, os dividendos e o resultado do exercício, lucros ou prejuízos. Observou-se que a maioria das empresas do setor têxtil demonstrou desempenho parecido, destacando-se, novamente, a Teka como a entidade que teve maior oscilação entre os anos da pesquisa.

A Teka encerrou todos os exercícios com prejuízo, exceto no ano de 2012, quando teve a PCPVA de 24,97%, que representou um lucro retido de R\$ 101.658 (em milhares de reais). As empresas que tiveram prejuízo em todos os anos analisados foram a Springs e a Tex Renaux, sendo que esta última teve seu pior desempenho na PCPVA em 2015, atingindo -298,03%. A

Karsten apresentou lucro somente no ano de 2010, nos demais exercícios analisados a empresa teve prejuízo.

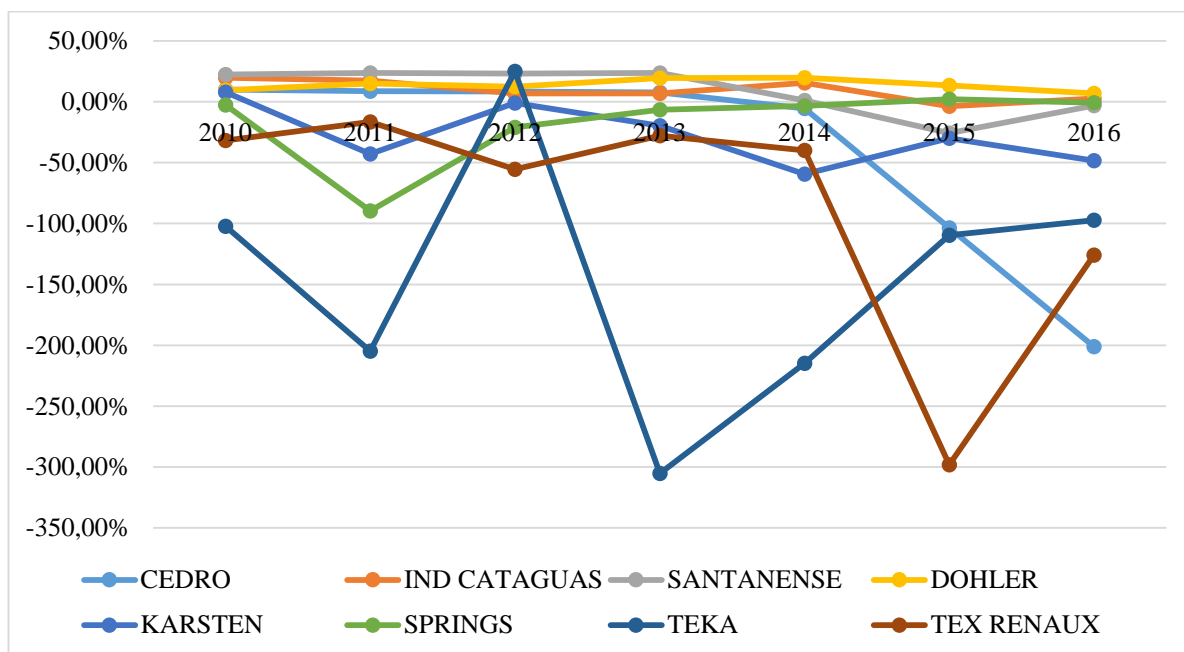


Figura 8 Participação dos capitais próprios no valor adicionado (PCPVA)

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

As demais empresas do setor apresentaram pequenas oscilações da PCPVA durante o período analisado, demonstrando uma distribuição similar, no entanto, importante destacar a empresa Dohler, a única entidade que encerrou todos os exercícios com lucro.

Apesar das oscilações demonstradas pela empresa Teka em todos os indicadores analisados, pode-se observar que a maioria das companhias do setor têxtil apresentou resultados semelhantes em relação às distribuições do valor agregado.

## 5 CONCLUSÃO

A DVA proporciona uma visão mais abrangente do que as demais demonstrações contábeis, pois permite avaliar como a empresa gera riqueza por meio dos fatores de produção e como é feita a distribuição aos agentes econômicos que auxiliaram na sua geração. A DVA é um demonstrativo que surgiu devido às modificações que a sociedade sofreu ao longo dos anos, visto o interesse dos usuários da informação por dados que pudessem evidenciar de que maneira as empresas auxiliam o ambiente em que estão inseridas.

Assim, essa pesquisa teve o objetivo geral de identificar a distribuição do valor adicionado pelas empresas do setor têxtil listadas na BM&FBOVESPA nos anos de 2010 a 2016.

Foi observado que as empresas do setor têxtil possuem a mesma tendência em relação a distribuição do valor agregado. Durante o período analisado, percebeu-se que o grupo que mais obteve destinação do valor adicionado foi o de “Pessoal”, seguido pelo de “Remuneração de Capitais de Terceiros” e de “Impostos, Taxas e Contribuições”.

Devido ao fato do grupo de “Pessoal” ter se mantido como o de maior recebimento de valor agregado durante os 7 anos, analisou-se o grupo individualmente. Identificou-se que o subgrupo “Remunerações” o que apresentou maior representatividade dentro do grupo, distribuindo valor agregado sempre acima de 80% do valor total de “Pessoal”.

Verificou-se uma queda no grupo de “Impostos, Taxas e Contribuições”, tanto em termos percentuais, quanto em valores monetários, isso quer dizer que em média as indústrias do setor têxtil diminuíram o valor de impostos a pagar, o que é benéfico para as empresas, porém pode ser prejudicial para a sociedade, visto que a mesma deixa de receber essa parcela de impostos.

No grupo “Remuneração de Capitais de Terceiros” observou-se um aumento significativo ao longo dos anos, a distribuição para esse grupo quase triplicou. Isso mostra que as indústrias têxteis estão pagando mais juros e alugueis, ou seja, as empresas estão utilizando capital de financiadores externos.

O grupo “Remuneração de Capitais Próprios” apresentou aumento em seu valor negativo, o que sinaliza um aumento no prejuízo, em média, pelas empresas do setor. O ano de 2012 foi o que apresentou melhor resultado entre os anos estudados. O grupo “Outros” apontou valores considerados irrelevantes quando comparado com os demais grupos.



Ao analisar o valor adicionado total, ou seja, o valor adicionado a distribuir, constatou-se um aumento praticamente constante de 2010 para 2016. Esse aumento pode ser explicado devido aos grupos “Pessoal”, “Remuneração de Capitais de Terceiros” e “Outros”, pois foram somente estes grupos que apresentaram crescimento ao longo dos anos.

Por fim, com intuito de sugerir futuras pesquisas sobre a DVA, recomenda-se que sejam analisados outros setores, verificando e comparando como estes distribuem suas riquezas de acordo com sua área no mercado.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO (ABIT). **Indústria têxtil e de confecção brasileira.** 2013. Disponível em: <[http://www.abit.org.br/conteudo/links/publicacoes/cartilha\\_rtcc.pdf](http://www.abit.org.br/conteudo/links/publicacoes/cartilha_rtcc.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2017.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais.** 9. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:** teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BM&FBOVESPA. **A Nova Bolsa.** Disponível em: <[http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/index.htm](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/index.htm)>. Acesso em: 03 abr. 2017.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre as sociedades por ações.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000.** Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007.** Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

CARDOSO, Thuine Lopes; FERREIRA, Luiz Felipe; MALAGOTTI, Luciana; LOHN, Joana. Distribuição de riqueza aos agentes econômicos: um olhar sobre a DVA. In: XII Congresso USP Iniciação Científica em Contabilidade, 2015, São Paulo, **Anais...** São Paulo: CONGRESSO USP. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/anais/artigos152015/234.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Técnico CPC 09:** Demonstração do Valor Adicionado (DVA), de 30 de outubro de 2008. Disponível em: <[http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/175\\_CPC\\_09.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/175_CPC_09.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução CFC nº 1.138,** de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES\\_1138.pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1138.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2017.

COSENZA, José Paulo; VIEIRA, Simone Maia. Utilidade da demonstração do valor adicionado na evidenciação do valor econômico das empresas. **ReCont: Registro Contábil,** Maceió, v. 4, n. 1, p. 127-140, jan./abr., 2013.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; RIBEIRO, Maisa de Souza; SANTOS, Ariovaldo dos. A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. **R. Cont. Fin.**, São Paulo, n. 37, p. 7-23, jan./abr., 2005.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes; CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; RIBEIRO, Maisa de Souza; OLIVEIRA, Marcelle Colares. **Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. 2. ed. (rev. e atual.). São Paulo: Atlas, 2009.

DIAS, Reinaldo. **Responsabilidade social: fundamentos e gestão**. São Paulo: Atlas, 2012.

FERRARI, Simone Lopes. **Demonstração do valor adicionado como instrumento de evidenciação da riqueza distribuída à sociedade por empresas listadas na BM&FBOVESPA nos anos de 2005 a 2009**. 2011. 10p. Monografia (Curso de Graduação em Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – SC.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). **Relatórios de sustentabilidade da GRI: Quanto vale essa jornada**. 2012. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Portuguese-Starting-Points-2-G3.1.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

KLÖPPEL, Fábio Vilson; SCHNORRENBARGER, Darci. **Análise da geração e distribuição da riqueza gerada pelas empresas que compõe o IBOVESPA por meio da DVA**. In: V Congresso ANPCONT - 2ª Mostra de Iniciação Científica da ANPCONT, Vitória, 2011.

KONRAHT, Jonatan Marlon; SCHÄFER, Joice Denise; FERREIRA, Luiz Felipe. **A tendência do custo tributário e o valor adicionado nas empresas de energia elétrica listadas na BM&FBOVESPA**. XXI Congresso Brasileiro de Custos, Natal, 2014.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balanco social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

LINS, Luiz dos Santos; FRANCISCO FILHO, José. **Fundamentos e análise das demonstrações contábeis: uma abordagem interativa**. São Paulo: Atlas, 2012.

LOESCH, Claudio. **Probabilidade e estatística**. Rio de Janeiro: LTC, 2015. Reimpressão.

LONDERO, Paola Richter; BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Demonstração do valor adicionado como instrumento de evidenciação do impacto econômico e social das cooperativas agropecuárias. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 18, n. 3, p. 256-272, 2016.

MACHADO FILHO, Cláudio Pinheiro. **Responsabilidade social e governança: o debate e as implicações**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Manual de contabilidade societária**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓFILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MELO, Felipe Luiz de; ROVER, Suliani; MINATTI-FERREIRA, Denize Demarche; FERREIRA, Luiz Felipe. **Demonstração do valor adicionado (DVA):** um estudo sobre a destinação da riqueza nas regiões brasileiras. 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/166704/Felipe%20Luiz%20de%20Melo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

MINATTI-FERREIRA, Denize Demarche; SPANHOL, Greicy Kelli; KELLER, Jacqueline. **Gestão do processo têxtil: contribuições à sustentabilidade dos recursos hídricos**. V Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 2009.

MORCH, Rafael Borges; ALMEIDA, Esmael; ALMEIDA, Lauro Brito de; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. A demonstração do valor adicionado como instrumento de análise do impacto tributário para as empresas do setor elétrico. **RIC – Revista de Informação Contábil**, v. 2, n. 4, p. 1-16, out./dez., 2008.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo V. **Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

QUINTANA, Alexandre Costa; MARTINS, Alex Sandro Rodrigues; JACQUES, Flávia Verônica Silva; MACHADO, Daiane Pias. O balanço social como um instrumento de informação para a sociedade: um estudo na Universidade Federal do Rio Grande. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 49-70, jan./abr., 2013.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações contábeis: estrutura e análise**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado: como elaborar e analisar a DVA**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SZUSTER, Natan; CARDOSO, Ricardo Lopes; SZUSTER, Fortunée Rechtman; SZUSTER, Fernanda Rechtman; SZUSTER, Flávia Rechtman. **Contabilidade geral: introdução à contabilidade societária**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço social e o relatório de sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VARELA, Patrícia Siqueira; COSTA, Raquel da Ressurreição; DOLABELLA, Maurício Melo. Balanço social: demonstrativo da função social da empresa. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 28-35, set. 1999.

VELLANI, Cassio Luiz. **Contabilidade e responsabilidade social**: integrando desempenho econômico, social e ecológico. São Paulo: Atlas, 2011.

VELLANI, Cassio Luiz; RIBEIRO, Maisa de Souza. Sustentabilidade e Contabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, ano 6, v. 1, n. 11, p. 187-206, jan./jun., 2009.